



Sumário

Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura e Pecuária	3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5
Ministério das Comunicações	5
Ministério da Cultura	5
Ministério da Defesa	7
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	12
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	12
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	13
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	13
Ministério da Educação	13
Ministério da Fazenda	42
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	43
Ministério da Igualdade Racial	45
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	46
Ministério da Justiça e Segurança Pública	46
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	50
Ministério de Minas e Energia	51
Ministério das Mulheres	51
Ministério da Pesca e Aquicultura	51
Ministério do Planejamento e Orçamento	51
Ministério de Portos e Aeroportos	52
Ministério dos Povos Indígenas	53
Ministério da Previdência Social	53
Ministério das Relações Exteriores	54
Ministério da Saúde	55
Ministério do Trabalho e Emprego	58
Ministério dos Transportes	58
Controladoria-Geral da União	58
Conselho Nacional do Ministério Público	59
Ministério Público da União	59
Defensoria Pública da União	61
Poder Legislativo	62
Poder Judiciário	62
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	67
Editais e Avisos	69

.....Esta edição é composta de 71 páginas

Atos do Poder Executivo

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

DECRETOS DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, resolve:

RECONDUZIR,

a partir de 14 de fevereiro de 2026, MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO à função de membro da Comissão de Ética Pública, com mandato de três anos.

Brasília, 13 de janeiro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, resolve:

RECONDUZIR,

a partir de 14 de fevereiro de 2026, BRUNO ESPÍNEIRA LEMOS à função de membro da Comissão de Ética Pública, com mandato de três anos.

Brasília, 13 de janeiro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidência da República

CASA CIVIL

PORTARIA Nº 30, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

O MINISTRO DE ESTADO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve

DISPENSAR, a pedido,

CAMILA ARAUJO SOARES DA SILVA da função de Consultora Jurídica do Ministério de Portos e Aeroportos, código FCE 1.15, a partir de 29 de dezembro de 2025.

RUI COSTA DOS SANTOS

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO COMITÊ DO RIO DOCE

PORTARIA Nº 7, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

A PRESIDENTA DO COMITÊ DO RIO DOCE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 11, § 3º, da Resolução CRD nº 1/2025 e no artigo 10, § 2º, da Resolução CRD nº 2/2025, resolve:

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem o Subcomitê de Indígenas, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais:

I - representando a Casa Civil da Presidência da República:

Petula Ponciano Nascimento, titular, que o coordenará;

Maria Angélica Breda Fontão, suplente;

II - representando o Ministério dos Povos Indígenas:

Elis do Nascimento Silva, titular;

Mariana Recalde, suplente;

III - representando o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

Marina Godoi de Lima, titular;

Isabela Patrícia Camargo Soares da Cruz, suplente;

IV - representando o Ministério da Igualdade Racial:

Ronaldo dos Santos, titular;

Mariana Barroso da Costa, suplente;

V - representando a Secretaria-Geral da Presidência da República:

Zilda Manuela Onofri Patente, titular;

Vitor Souza Sampaio, suplente.

JULIA ALVES MARINHO RODRIGUES

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 27, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituído, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º da Portaria SG/PR nº 201, de 8 de outubro de 2025, do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

DESIGNAR

WALDO JOSÉ CARM ROHLFS para exercer a função de Assessor Técnico, código FCE 2.10, na Coordenação-Geral de Gestão Financeira e Orçamentária da Diretoria de Gestão Interna, Financeira e Orçamentária da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

ROBERTO LEMOS MONTEIRO DA SILVA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA

PORTARIA SGCS/AGU Nº 13, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Normativa AGU nº 95, de 06 de junho de 2023, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00404.011108/2025-41, resolve:

Conceder pensão a MARIA HELENA CUNHA BERNARDO, na qualidade de cônjuge de DARLAN CARNEIRO DE OLIVEIRA, que ocupou o cargo de Procurador Federal, categoria especial, matrícula Siae 0677856, do quadro de pessoal desta Advocacia-Geral da União, falecido aposentado, em 01 de dezembro de 2025, com fundamento no inciso I do art. 3º da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4645, de 24 de maio de 2022, c/c o art. 217, inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, com efeitos a partir da data do óbito.

FLAVIO JOSÉ ROMAN

PORTARIA SGCS/AGU Nº 15, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DE CONSULTORIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Normativa AGU nº 95, de 06 de junho de 2023, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00475.098913/2025-38, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária a TULIO PORTO SILVEIRA, matrícula Siae nº 1312078, ocupante do cargo de advogado da união, Categoria Especial, código da vaga nº 643251, com fundamento no art. 20, incisos I, II, III e IV, e §2º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, com proventos calculados com base na média, limitados ao teto do Regime Geral da Previdência Social, consoante prescrito no art. 26, §§ 1º e 7º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, acrescido do benefício especial previsto nos arts. 1º e 3º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, com redação dada pela Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022, declarando, em decorrência, a vacância do cargo.

FLAVIO JOSÉ ROMAN

Foram publicadas em 13/1/2026 as
edições extras nºs 8-A e 8-B do *DOU*.

Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

AVISO



IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

